

POPULAR GESTÃO
DE ACTIVOS, S.A. |

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
1ºSemestre 2018

do

Popular Euro Obrigações

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Euro

Fundo Harmonizado

16 de Agosto de 2018

Relatório de Gestão

Enquadramento Macro-económico

O mês de Janeiro ficou marcado pelos dados macroeconómicos, quer na Europa, quer nos EUA, pela reunião da FED e a promulgação da reforma fiscal nos EUA. Na Europa as minutas da última reunião do BCE revelaram abertura para que a instituição ajustasse a sua comunicação para sinalizar uma retirada do programa de compra de ativos de forma mais rápida do que o previsto, o que levou a um disparo das "yields", do Euro e do setor bancário. O sector bancário em Itália viu o stock de "bad loans" contrair em termos homólogos, (-6,4%) em Novembro, um ritmo superior ao registado em Outubro (-5,5%), o que impulsionou ainda mais os bancos italianos. Os dados preliminares apontavam para um crescimento sequencial de 0,6% do PIB da Zona Euro no último trimestre do ano (vs. +0,7% no 3º trimestre). Em termos homólogos, o crescimento foi de 2,7% e posicionou a região para o melhor crescimento desde 2008 (+2,5% em 2017). Já a inflação na Zona Euro desceu 10 pontos base para 1,3% em Janeiro, atingindo o nível mais baixo desde Dezembro de 2016. Com este valor a inflação afastou-se ainda mais da meta dos 2%/ano que o BCE pretende. Em Portugal a Impresa anunciou a alienação do negócio de revistas à sociedade Trust in News, tendo o encaixe sido de € 10,2 milhões. A ANACOM, em comunicado, informou os CTT que estes vão estar obrigados ao cumprimento de um conjunto de 24 indicadores de qualidade de serviço, que anteriormente era medida apenas através de 11 indicadores. Posteriormente, a empresa anunciou um plano estratégico para revitalizar o seu negócio, que incluiu o corte de 800 postos de trabalho em 3 anos (11% do total) e a redução das remunerações da administração entre 25% a 15%. Nos EUA, Donald Trump promulgou a reforma fiscal dos EUA, a mais ambiciosa em 30 anos, no valor de 1,5 biliões de dólares, que passou a lei. Este plano inclui uma redução do IRC de 35% para 21% e um grande corte do IRS para os contribuintes mais ricos, bem como cortes temporários de impostos para alguns particulares e famílias. O PIB do 3º trimestre de 2017 nos EUA cresceu 3,2%. Este valor final foi alavancado pelo consumo (+2,2%). Em termos macroeconómicos a surpresa veio do mercado laboral, face à subida homóloga de 2,9% na remuneração média por hora, a maior subida desde 2009. Este dado demonstrou que a economia dos EUA está bastante sólida, o que levou a acreditar que a FED pudesse vir a subir a taxa de referência na próxima reunião (Março), algo que não era esperado anteriormente pelos mercados, possibilidade que, no entanto, tinha sido deixada em aberto na reunião de Janeiro da FED.

O mês de Fevereiro ficou marcado, essencialmente, pelo receio em torno da FED poder vir a subir a sua taxa de referência mais vezes do que o mercado esperava anteriormente. Outro tema foi a possibilidade de imposição de taxas aduaneiras nos EUA sobre o aço e o alumínio, dando assim início a uma guerra comercial. Na Europa foi revelado que a inflação na Zona Euro caiu 10bps para os 1,2%. Este cenário afastou a ideia de subida de taxas de juro por parte do BCE, pois a evolução da inflação tem sido a contrária do pretendido. Os dados preliminares indicaram um crescimento sequencial de 0,6% da economia da Zona Euro, confirmando as estimativas. Em termos homólogos, o crescimento foi de 2,7%. Nas actas do BCE verificou-se que, apesar de alguns dos seus membros quererem alterar a comunicação sobre a retirada de estímulos, concluiu-se que ainda era prematuro e não justificado. Em Portugal o BCP apresentou os resultados de 2017, onde o produto bancário cresceu 4,8%, para os € 2.197 milhões, com a margem financeira a crescer 13% para os € 1,4 mil milhões e o resultado líquido totalizar € 186 milhões vs € 24 milhões em 2016. Foi revelado que o banco iria reintegrar o Stoxx 600, a partir de 16 de Março. Nos EUA foi conhecido o valor do PIB que confirmou o crescimento em cadeia a uma taxa

anualizada de 2,5% no 4º trimestre de 2017, sem surpresas para o mercado. O novo Presidente da Fed, Jerome Powell, defendeu que a recente correção no mercado de ações e o aumento das taxas sobre a dívida pública dos EUA não deviam prejudicar o crescimento e que a economia continuava robusta, reforçando assim o compromisso na subida de taxas (esperados três aumentos em 2018). Os números de inflação vieram acima do previsto em Janeiro, 2,1% vs 1,9% esperados, o que provocou imediatamente uma reação negativa no mercado acionista, mas pouco duradoura.

O mês de Março ficou marcado, novamente, pelo receio em torno da guerra comercial entre a China e os EUA. Realizou-se também a reunião da FED e do BCE, o acordo sobre a formação do governo na Alemanha e as eleições em Itália. Em Portugal o destaque foi para o BCP que voltou a reintegrar o Stoxx 600, em 16 de Março. A F. Ramada substituiu a Novabase no PSI20, a em 19 de Março. A Jerónimo Martins viu o lucro ficar aquém do esperado e teve uma quebra da margem no trimestre em 20pbs, pressionada pelos negócios de retalho em Portugal. Os CTT viram os números de 2017 superarem as estimativas de mercado, considerando os dados recorrentes, tendo a empresa confirmado o dividendo de 38 cêntimos por ação. A Sonae está a analisar a possibilidade de listar um portefólio de retalho, prevendo manter uma participação maioritária na unidade. Na Europa, na reunião do BCE, foram as palavras de Mario Draghi a animar os investidores, ao ter revisto em alta as previsões económicas para este ano e em baixa a inflação para 2019, o que alimenta o ciclo de taxas de juro baixas por um período de tempo mais longo. Esta ideia saiu ainda mais reforçada quando foi conhecido o valor da inflação de Fevereiro que mostrou uma descida, de 1,3% para 1,1%, em sentido contrário ao pretendido pelo BCE. No rescaldo das eleições italianas, Matteo Salvini, líder do partido Liga, mostrou compromisso com a coligação de centro-direita, afastando a ideia de que poderia haver conversações dentro do Bloco Eurocético, o que acabou por ser bom para a Europa. Na Alemanha os militantes do SPD aprovaram (66% a favor) o acordo com a CDU e a CSU para a formação de uma coligação governativa, acabando assim o impasse que já durava há 6 meses. Nos EUA a Taxa de Desemprego manteve-se nos 4,1%. A inflação acelerou em Fevereiro, como era esperado, para os 2,2%. Os mercados reagiram negativamente ao anúncio do Presidente norte-americano, Donald Trump, de criação de taxas de 25% nas importações de aço e de 10% nas importações de alumínio, preocupados com a hipótese duma guerra comercial. Posteriormente, o Presidente norte-americano confirmou que vai impor taxas às importações chinesas, avaliadas em \$50 mil milhões. Trump pretende assim diminuir o défice comercial com a China. A China respondeu e diz que tem planeado um imposto de 25% para as importações norte-americanas, em produtos como a carne de porco e o alumínio reciclado, e 15% em produtos como o vinho e a fruta. Estes movimentos têm indiciado o início duma guerra comercial, algo que preocupou os mercados. No entanto, ambas as partes mostraram abertura para negociar. Na primeira reunião de Jerome Powell como presidente da FED, foi decidido a subida do intervalo da taxa de juro de referência em 25 pontos, para 1,50%-1,75%, como era esperado. Foi tornado publico o uso indevido por parte da Cambridge Analytica de informação de 87 milhões de perfis do Facebook. Surgiram rumores de que a Coreia do Norte estaria disposta a discutir com os EUA a possibilidade de abandonar o seu programa nuclear.

Abril ficou marcado pela tensão em torno da guerra comercial entre os EUA e a China e dados macroeconómicos nos dois lados do Atlântico. Em Portugal a Mota-Engil revelou que, pela primeira em vinte anos, não vai pagar dividendo. A Teixeira Duarte vendeu a participação no Hospital de Cascais para reduzir passivo, operação que está dependente de autorização por parte do Estado Português, enquanto entidade concedente. Surgiram rumores de que a Altri estará interessada na compra da Lwarcel, empresa com capacidade para produzir 250 mil toneladas de pasta de papel (vs. 1,04 milhões de toneladas da Altri). O valor da transação está avaliado entre € 340 milhões e

€ 440 milhões, e que a Altice e a Prisa vão estender o prazo para concluir a venda da Media Capital de modo a que o regulador avalie a operação. A operação tem sido bastante criticada pelas telecoms a operar em Portugal. Na Europa assistimos à divulgação da inflação da Zona Euro que passou de 1,1% para 1,3%, mas, para além de ter sido menos do que o antecipado pelo valor preliminar (1,4%), continua bem abaixo do pretendido pelo BCE, provocando inclusivamente mais afastamento entre a série do IPC e a meta 2%/ano. O BCE manteve a taxa de referência inalterada, e continuação do programa de compra de ativos de € 30 mil milhões mensais até Setembro. O discurso do presidente do BCE focou riscos para o crescimento económico, ainda que sublinhando que a atividade na Zona Euro se mantém forte. A China anunciou que irá permitir a fabricantes de automóveis estrangeiros deterem mais de 50% de joint ventures com empresas chinesas, deixando cair uma restrição com duas décadas de existência. Boa notícia para as fabricantes que poderão expandir naquele que é o maior mercado automóvel do mundo. Nos EUA o tema de Abril foi a questão das tarifas comerciais à China pelos EUA. O início do mês ficou marcado pela resposta da China ao anunciar tarifas de até 25% sobre 128 produtos norte-americanos. Ao longo do mês houve uma redução da tensão em torno da guerra comercial após Donald Trump ter escrito na sua conta pessoal do Twitter que os EUA chegarão a acordo com a China. Posteriormente, também através do Twitter, assistiu-se ao reacender da tensão geopolítica entre EUA e Rússia, com Donald Trump a ameaçar a Síria, após um ataque com armas químicas numa região da Síria, algo que posteriormente se confirmou com o lançamento de mísseis sobre a região. A inflação de Março que ficou em linha com o esperado, 2,4%. Nas actas da FED entende-se que existe a possibilidade de existência de quatro subidas de juros nos EUA este ano. Os primeiros dados preliminares do PIB apontavam para uma taxa de expansão anualizada de 2,3% no 1º trimestre face ao último período de 2017, um ritmo superior aos 2% estimados, ainda que a denotar uma desaceleração face aos 2,9% registados no 4º trimestre de 2017. Ao longo do mês assistiu-se uma diminuição da tensão geopolítica com a Coreia do Norte, anunciou a suspensão dos testes nucleares e balísticos, bem como pelo encontro histórico entre os dois líderes coreanos, dando início a uma nova era no processo de paz.

O mês de Maio ficou marcado pela crise política em Itália e em Espanha, notícias em torno da cimeira entre os EUA e a Coreia do Norte, o programa nuclear iraniano e a guerra comercial os EUA com a China e a União Europeia. Em Portugal o CaixaBank informou que adquiriu a posição da Allianz de 8,425% no BPI por € 178 milhões. O banco espanhol passou assim a deter 92,935% do BPI e convocou uma Assembleia de Acionistas para propor a sua saída de bolsa. O banco avançou com uma proposta de compra pelas ações não detidas de € 1,45/ação. A China Three Gorges avançou com uma proposta de compra das ações não detidas da EDP por € 3,26/ação. O acionista chinês detém 23,27% do capital social da empresa e o objetivo é deter pelo menos 50%. A EDP Renováveis também será alvo da aquisição ao preço de € 7,33/ação. A Autoridade da Concorrência rejeitou os remédios, apresentados pela Altice, no âmbito da compra da Media Capital à Prisa. O regulador justificou que a operação não protegia os interesses dos consumidores, nem garantia a concorrência no mercado. Na Europa tivemos a divulgação do valor da inflação de Abril que mostrou uma redução ao passar de 1,3% para 1,2%, afastando-se assim ainda mais do pretendido pelo BCE, 2%. A política em Espanha e em Itália dominaram as atenções neste mês: incerteza em torno do governo italiano, o que causou muita volatilidade principalmente na Banca, que só ficou esclarecida quando o Presidente Sergio Mattarella deu luz verde à proposta do Movimento 5 Estrelas e da Liga para formarem Governo, liderado por Giuseppe Conte, em Espanha a moção foi aprovada a moção de censura sobre o governo Espanhol que resultou na queda do governo de Mariano Rajoy e na subida ao poder de uma coligação liderada pelo socialista Pedro Sanchez, onde se destaca o apoio do "Podemos" e dos partidos separatistas Catalães. Em causa estava a condenação de um caso de corrupção que envolve o PP. Nos

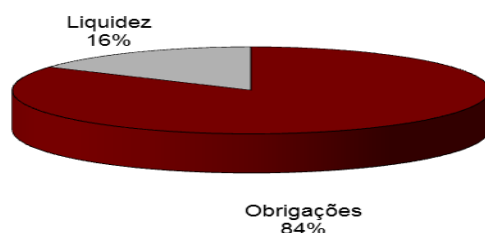
EUA a FED manteve a taxa de referência inalterada, como o mercado esperava, mas ao realçar a melhoria económica e ao dar nota de que a inflação se moveu para a meta dos 2% levantou as expectativas dos investidores na possibilidade da FED poder ser mais agressivo na subida de juros. A inflação revelou uma subida de 2,4% para 2,5% em Abril, aumentando as expectativas sobre quatro aumentos de taxa, da FED em 2018. O Presidente norte-americano anunciou ainda que os EUA iriam abandonar o acordo sobre o programa nuclear iraniano, com proposta de sanções contra o Irão. A Alemanha, a França e o Reino Unido lamentaram a decisão dos EUA. O petróleo reagiu em alta com o barril de crude a negociar novamente acima dos \$70. A Coreia do Norte anulou o encontro com a Coreia do Sul devido aos exercícios militares conjuntos entre esta e os EUA. Os EUA, na altura, disseram que continuavam a trabalhar na preparação do encontro uma vez que não foram notificados da não realização da cimeira. No final do mês o tema da guerra comercial, regressou com a administração de Trump a anunciar a imposição de taxas às importações de aço e alumínio provenientes da União Europeia, Canadá e México, com efeitos a partir de 1 de Junho. O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, reagiu de imediato, referindo que vai contestar a medida junto da OMC e prometeu retaliação da Europa. O México também manifestou a intenção de avançar com medidas, impondo taxas na ordem dos \$16,6 mil milhões. Em relação à China o Presidente norte-americano afirmou que levará adiante a imposição de tarifas de 25% sobre produtos chineses, avaliados em \$50 mil milhões. A lista de produtos a serem alvo foi divulgada no dia 15 de Junho.

Junho ficou marcado pela escalada da guerra comercial entre a China e os EUA, as reuniões do BCE e da FED, a política de imigração na Europa e pelos dados macroeconómicos nos dois lados do Atlântico. Em Portugal o Conselho de Administração Executivo da EDP recusou a proposta da China Three Gorges por considerar que o preço oferecido (€ 3,26 por ação) não reflete adequadamente o valor da empresa. A Prisa deu como terminado o acordo para a venda da Media Capital à Altice, decisão que já se espera depois do regulador português ter chumbado a operação e a Altice não ter mostrado disponibilidade para apresentar novos remédios. Surgiram rumores de que a Jerónimo Martins terá apresentado a melhor proposta pela cadeia de lojas Piotr i Pawel, na Polónia, superando a oferta da rival Auchan, empresa que terá cerca de 140 lojas na Polónia. Na Europa, o PIB do 1º trimestre confirmou que a economia da Zona Euro se expandiu apenas 0,4% em cadeia nos primeiros três meses do ano. A inflação na Zona Euro aumentou em Maio, passando de 1,3% para 1,9%, tal como se esperava, devido à subida dos custos energéticos (+6,1% em termos homólogos). O Banco Central Europeu comunicou ao Mercado que o programa de compra de dívida pública será estendido até ao final de 2018, três meses além do que estava inicialmente planeado - Setembro de 2018. No entanto, a partir do próximo mês de Outubro, o BCE irá baixar o volume mensal de compra de ativos de € 30 mil milhões para € 15 mil milhões. O BCE comunicou também que irá manter as suas taxas de referência inalteradas até pelo menos Junho de 2019. Os líderes europeus chegaram a um acordo sobre a política de migrações. Serão criados centros, em território comunitário, para acolher migrantes resgatados, sendo feita a distinção entre aqueles que são económicos (e que regressam ao país de origem) e os que precisam de proteção internacional. Outra novidade prende-se com a criação de plataformas regionais de desembarque, fora da Europa, para onde serão levados os migrantes. Foi acordado ainda reforçar as fronteiras externas à União Europeia e aumentar o financiamento à Turquia, Marrocos e outros países do norte de África. Nos EUA a 3ª estimativa do PIB norte-americano registou uma taxa anualizada de 2%, ritmo inferior aos 2,2% divulgados pela 2ª estimativa e que compara com os 2,9% no 4º trimestre. A rúbrica do consumo privado foi revista em baixa, de um crescimento de 1% para os 0,9%, naquela que é a taxa de crescimento mais baixa desde o 2º trimestre de 2013. A inflação aumentou em Maio, de 2,6% para 2,8%, valor em linha com o previsto. A Fed aumentou a taxa de juro de referência em 25 pontos base para o intervalo 1,75%-

2%. Foi a segunda subida este ano, tendo a Reserva Federal sinalizado a possibilidade de termos quatro aumentos em 2018, mais um do que o que estava previsto no início do ano. O facto da inflação prevista se situar nos 2,1%, aliado à robustez económica, ajuda a justificar estas subidas. Relativamente à cimeira entre os EUA e a Coreia do Norte, tanto Donald Trump como Kim Jong Un assinaram a carta conjunta após o encontro e afirmaram que a reunião correu acima das expectativas. Assistiu-se ao regresso da guerra comercial entre os EUA e a China, com Trump a confirmar \$50 mil milhões de tarifas à China. Um porta-voz do governo Chinês afirmou que não quer alimentar uma guerra comercial e que não concorda com a posição da Casa Branca, mas tendo em conta a situação será forçada a retaliar de forma firme. Posteriormente os EUA ameaçaram a imposição de uma tarifa de 10% às importações chinesas, avaliadas em \$200 mil milhões, com o intuito de encorajar a China a mudar as suas práticas injustas e de abrir o seu mercado aos bens norte-americanos. A China ameaçou responder da mesma moeda aos EUA. Na reunião dos G7, o tema mais divergente foi a questão das tarifas que os EUA aplicaram recentemente aos seus parceiros.

Actividade do Fundo

O Popular Euro Obrigações foi lançado em 1999 (anteriormente designado Popular Euro Taxa-Fixa) e investia predominantemente em obrigações de cupão fixo denominadas em euros. Contudo, tendo sido revista a sua estratégia de investimento, o Popular Euro Obrigações contempla actualmente obrigações (84%), sendo o remanescente mantido em liquidez (16%). O fundo investe em obrigações com notação de Investment Grade, podendo comportar obrigações com notação de risco inferior ou sem notação de risco, mas que, pela qualidade creditícia da entidade emitente ou pelas suas características intrínsecas, são considerados instrumentos adequados para a prossecução dos objectivos definidos no prospecto do fundo. A 30 de Junho de 2018, a composição do Fundo apresentava-se repartida da seguinte forma:



Volume sob Gestão, Nº Up's em circulação e valor da UP

No primeiro semestre de 2018, o património líquido do Fundo estava no 1,7 milhões de euros, e o número de participantes no Fundo era de 313.

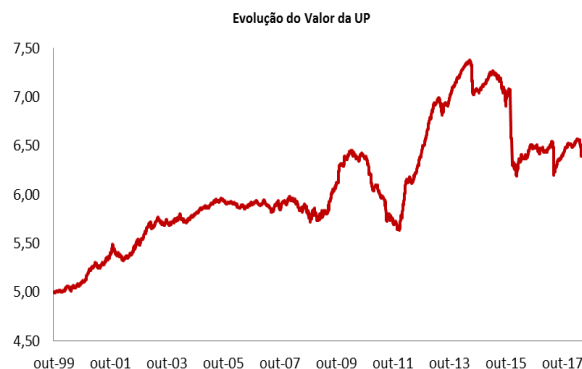
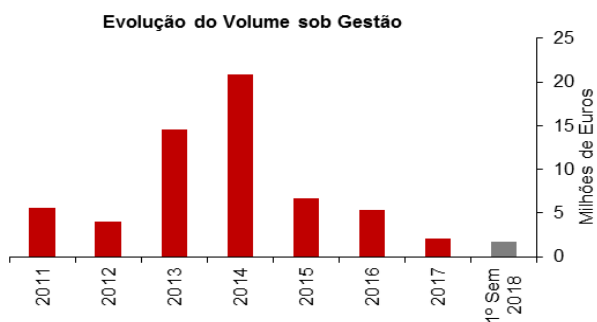
O quadro seguinte apresenta o volume sob gestão, o número de unidades de participação e o respectivo valor unitário, correspondente ao final de cada período considerado.

Final	Volume sob Gestão €	Nº. Ups	Valor UP
1º Sem 2018	1.719.846	265.539,49	6,4768
2017	2.012.838	309.025,73	6,5135
2016	5.310.801	819.905,00	6,4773
2015	6.724.787	1.065.874,79	6,3092
2014	20.880.497	2.926.004,66	7,1362
2013	14.547.903	2.034.780,82	7,1496
2012	4.000.923	599.516,41	6,6736
2011	5.644.245	998.914,95	5,6504

O valor unitário final da unidade de participação a 30 de Junho de 2018, foi de 6,4768 euros.

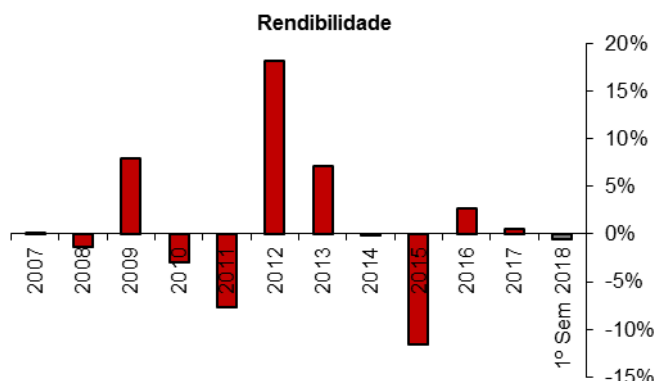
Nos gráficos seguintes poderá ser observada a evolução do valor da UP e a evolução do Volume sob Gestão:

Rendibilidade¹ e Risco



A evolução da rendibilidade e risco do Fundo, nos últimos dez anos civis, foi a que a seguir se indica, sendo que, o valor da UP utilizado para o cálculo das rendibilidades corresponde ao valor divulgado no último dia útil dos períodos mencionados.

Ano	Rendibilidade	Risco
1º Sem 2018	-0,56%	3
2017	0,56%	3
2016	2,66%	3
2015	-11,59%	3
2014	-0,19%	3
2013	7,13%	3
2012	18,20%	2
2011	-7,71%	2
2010	-2,93%	2
2009	8,00%	2
2008	-1,32%	2
2007	0,12%	2



¹ As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que variava entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo) até 2012. Em 2013, em virtude da alteração do RJOIC, o nível de risco passou a variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo), pelo que os valores apresentados no quadro não são comparáveis entre o ano de 2013 e os anteriores.

As rendibilidades apresentadas correspondem à rendibilidade efectiva do Fundo em cada período, e são líquidas de comissão de subscrição, uma vez que é nula. Quanto à comissão de resgate, esta é variável (0% a 2%) e decrescente com o prazo decorrido entre a data de subscrição e a data do resgate, sendo nula para períodos superiores a 181 dias. Toda a informação relativa ao Fundo encontra-se nos respectivos prospectos, os quais se encontram disponíveis em todos os locais de comercialização do Fundo (balcões do Santander Totta (antigos balcões do Banco Popular) e site do Santander Totta (para clientes antigos do Banco Popular) e no site da CMVM.

Para um participante, estas rendibilidades, só seriam obtidas, se o investimento fosse efectuado durante a totalidade do período de referência.

Factos relevantes ocorridos durante o exercício

Em 28 de Fevereiro de 2018 foi aprovado em reunião do conselho de administração da PGA, a dissolução do Popular Euro Obrigações, Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações. Esta decisão fundamentou-se pelo baixo volume sob gestão, tendência esta que se vem verificado nos últimos meses. Esta situação faz com que seja difícil efectuar uma gestão eficiente do fundo. Não havendo expectativas de alteração e com o intuito de salvaguardar o interesse dos participantes, a dissolução e respetiva liquidação terão lugar, procedendo-se à liquidação financeira do Fundo em 5 de Setembro.

Evolução previsível da actividade do Fundo

Para o 2º Semestre de 2018, a evolução dos mercados vai depender de como a Guerra Comercial dos EUA com a China e com a Europa possa evoluir. Há dois cenários possíveis: ou se intensifica com mais tarifas entre as partes e como consequência devemos ter uma quebra no crescimento mundial, pois este escalar de “agressividade” não só prejudica ambas as partes, como é uma enorme barreira para esse crescimento. Contudo estimamos que o crescimento possa ainda vir a ter uma evolução positiva, embora inferior ao que se previa no início de 2018, uma vez que as previsões não contemplavam esta questão. Além deste grande tema que é transversal aos principais blocos económicos mundiais, há questões internas de cada região que têm o seu impacto específico. Na Europa o tema dos imigrantes provenientes do continente africano será um grande teste para se constatar o quanto a Europa está unida para resolver esta questão, bem como o estado em que se encontram as relações entre os diversos países membros. Em termos de política monetária o Banco Central Europeu indicou que o plano de apoio terminará em Dezembro de 2018 e que uma subida de taxas só ocorrerá depois do verão de 2019. Não deixa de ser um bom indicador, sobre as perspectivas que a instituição tem sobre a evolução da economia da região. Nos Estados Unidos da América continuamos a prever a continuação do crescimento económico, assim como a subida da inflação, para valores próximos do objectivo da FED que teve já duas subidas da sua taxa de referência em 2018, bem como a manutenção da taxa de desemprego em valores próximos dos actuais. O principal risco de aquecimento, por nós antecipado, continuará a ser político, nomeadamente com Donald Trump e o seu plano de investimento em infraestruturas e a liberalização do ambiente regulatório e do lado dum eventual arrefecimento da economia norte-americana. Há também o risco também é político, ou seja, uma escalada na guerra comercial e no aumento de tarifas entre os EUA, China e União Europeia. Na China mantemos a

nossa visão de início de ano em que prevíamos a tendência de abrandamento do crescimento económico com uma inflação baixa e estável, dinâmica esta proveniente da redução do investimento público e da impacto negativo do sector imobiliário. O principal risco interno na China continua a ser o elevado peso da dívida, considerando o total de dívida privada (maior) e pública (menor), que superam os 250% do seu PIB.

Custos e Proveitos do Fundo

No quadro seguinte estão indicados os custos e proveitos do Fundo, bem como as principais rubricas de comissões, com referência a 30 de Junho de 2018, comparativamente com os verificados no final dos seis últimos anos civis.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	1ºSem 2018
Custos	525.428	708.391	2.834.196	2.616.985	1.108.548	1.584.201	104.435
Proveitos	1.351.462	1.259.593	2.603.222	1.818.183	1.256.243	1.544.285	94.089
Comissão suportada pela OIC							
Comissão de Gestão	39.049	78.835	171.812	99.958	45.883	27.600	7.113
Comissão de Depósito	19.525	39.418	85.906	49.979	22.941	13.800	3.557
Comissão Carteira Títulos	374	2	-	-	-	-	-
Taxa de Supervisão	1.222	1.760	3.473	1.900	1.200	1.200	600

No quadro seguinte apresenta-se a demonstração do património em 30 de Junho de 2018:

	Montante (euros)
Valores Mobiliários	1.428.621
Saldos Bancários	287.076
Outros Activos	8.748
Total Activos	1.724.445
Passivo	4.599
Valor líquido do Inventário	1.719.846

No quadro seguinte apresenta-se a demonstração dos activos por % do Activo em 30 de Junho de 2018:

Nome	ISIN	Montante	% Act líquido
OT Outubro 2023	PTOTEA0E0021	113.234,66	6,57%
OT 5.65 15/02/24	PTOTEQ0E0015	173.843,18	10,88%
BTPS 0.95 03/15/23	IT0005172322	193.732,45	11,23%
PGB Float 11/30/21	PTOTVIOE0006	110.220,83	6,39%
OTRV ABRIL 2022	PTOTVJOE0005	69.306,67	4,02%
PGB Float 12/05/22	PTOTVLOE0001	118.872,61	6,89%
BTPS 0,9 08/01/22	IT0005277444	97.833,40	5,67%
SPGB 0,45 10/31/22	ES0000012A97	456.139,60	26,45%
Banif Float 12/15	XS0239804445	0,00	0,00%
SAUDCR FLT 06/20/22	PTSDREOM0000	104.185,22	6,04%

Composição discriminada da carteira do Fundo:

A composição discriminada da carteira encontra-se na nota 3 do anexo às demonstrações financeiras.

Lisboa, 16 de Agosto de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações Financeiras

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2018

CÓDIGO	ACTIVO	30.06.2018		ACTIVO BRUTO	30.06.2017		CÓDIGO	PASSIVO	30.06.2018	30.06.2017
		MAIS VALIAS	MENOS VALIAS E PROVISÕES		ACTIVO LIQUIDO	MAIS VALIAS				
21	Obrigações	34 929	263 571	1 657 263	3 011 635	3 011 635	61	Unidades de Participação	1 327 697	2 564 731
22	Ações	-	-	-	-	-	62	Variações Patrimoniais	- 20 932	316 013
24	Unidades de Participação	-	-	-	-	-	64	Resultados Transilados	423 427	463 343
26	Papel Comercial	-	-	-	-	-	65	Resultados Distribuidos	-	-
	TOTAL DA CARTERA DE TÍTULOS	34 929	263 571	1 657 263	3 011 635	3 011 635	66	Resultados Líquidos do Período	- 10 346	- 120 370
								TOTAL DO CAPITAL DO OIC	1 719 846	3 223 717
418	TERCEIROS							PROVISÕES ACUMULADAS		
	Contas de Devedores	-	-	-	-	-	481	Provisões para Encargos	-	-
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	0	0	0	0	0		TOTAL DAS PROVISÕES ACUMULADAS	0	0
12	DISPONIBILIDADES							TERCEIROS		
	Depósitos à Ordem			287 076		287 076	421	Resgates a Pagar aos Participantes	-	13 614
13	Depósitos a Prazo e com Pré-Aviso			-	179 522	179 522	423	Comissões a Pagar	1 800	3 644
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES			287 076		287 076	424+429	Outras Contas de Credores	216	509
								TOTAL DOS VALORES A PAGAR	2 016	17 767
51	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
	Acréscimos de Proveltos			8 748		8 748	55	Acréscimos de Custos	2 583	2 583
52	Despesas com Custo Diferido			-		-	56	Recetas com Provelto Diferido	-	-
58	Outros Acréscimos e Diferimentos			-		-	58	Outros Acréscimos e Diferimentos	-	-
59	Contas Transitorias Activas			-		-	59	Contas Transitorias Passivas	-	-
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ACTIVOS			8 748		8 748		TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	2 583	2 583
	TOTAL DO ACTIVO	34 929	263 571	1 953 087	3 244 067	1 724 445		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	1 724 445	3 244 067
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação					285 539		Valor Unitário da Unidade de Participação	6,4768	6,2847

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

		(em euros)					
código	CUSTOS E PERDAS	30.06.2018	30.06.2017	CÓDIGO	PROVEITOS E GANHOS	30.06.2018	30.06.2017
711	CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
712	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS				JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS		
	De Operações Correntes	-	-	812	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	20 660	83 472
	Da Carteira de Títulos	1 303	521	811	Outros, de Operações Correntes	-	-
722	COMISSÕES E TAXAS				RENDIMENTOS DE TÍTULOS		
724+...+728	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	95	13	822	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	-	-
	Outras, de Operações Correntes	11 270	28 410		GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS		
73	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				Na Carteira de Títulos e Outros Activos	70 616	1 247 139
	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	88 736	1 444 261	83	REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO PROVISÕES		
7411	IMPOSTOS				De Provisões p/ encargos	-	-
	Impostos Sobre o Rendimento	448	1 145	851	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	2 813	700
7412	Impostos Indirectos	-	-		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	94 089	1 331 311
751	PROVISÕES DO EXERCÍCIO				PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS		
77	Provisões para Encargos	-	-		Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	-	25 253
	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	2 583	2 635	888	Outros proveitos eventuais	-	51
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	104 435	1 476 985		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS	0	25 304
783	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS				RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	10 346	120 370
788	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores	-	-		TOTAL	104 435	1 476 985
	Outros Custos Eventuais	-	-		Resultados Eventuais	-	25 304
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS	0	0		Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	- 9 898	- 119 225
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0	0		Resultado Líquido do Período	- 10 346	- 120 370
	TOTAL	104 435	1 476 985				
	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	1 142	- 114 184				
	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	-	-				
	Resultados Correntes	- 10 346	- 145 674				

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO PERÍODO FINDO em 30 de JUNHO de 2018
(em euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30/06/2018	30/06/2017
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
<i>RECEBIMENTOS:</i>	0	23 750
Subscrição de unidades de participação	-	23 750
<i>PAGAMENTOS:</i>	- 282 646	- 2 011 541
Resgates de unidades de participação	- 282 646	- 2 011 541
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	- 282 646	- 1 987 791
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
<i>RECEBIMENTOS:</i>	839 421	1 481 196
Venda de títulos e outros activos	801 925	1 367 783
Reembolso de títulos e outros activos	-	700
Resgates UP's	2 813	0
Juros e proveitos similares recebidos	34 683	112 713
<i>PAGAMENTOS:</i>	- 559 036	- 89 919
Compra de títulos e outros activos	- 556 934	- 88 885
Comissão de Bolsa	- 4	-
Juros e custos similares pagos	- 1 303	- 521
Comissões de corretagem	- 91	- 13
Outras taxas e comissões	- 704	- 500
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros activos	280 385	1 391 277
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
<i>RECEBIMENTOS:</i>	0	51
Outros recebimentos correntes	-	51
<i>PAGAMENTOS:</i>	- 14 126	- 31 166
Comissão de gestão	- 7 373	- 19 870
Comissão de depósito	- 3 686	- 9 935
Impostos e taxas	- 484	- 1 308
Outros pagamentos correntes	- 2 583	- 53
Fluxo das operações de gestão corrente	- 14 126	- 31 115
Saldo dos fluxos de caixa do período (A)	- 16 387	- 627 629
Disponibilidades no início do período (B)	303 463	807 151
Disponibilidades no fim do período (C)=(B)+/(A)	287 076	179 522

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Valores expressos em euros)

INTRODUÇÃO

A constituição do Fundo de Investimento Mobiliário POPULAR EURO OBRIGAÇÕES foi autorizada por deliberação do Conselho Directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, de 29 de Julho de 1999, tendo iniciado a sua actividade em 4 de Outubro de 1999 como um fundo mobiliário aberto, constituído por tempo indeterminado.

Em 12 de Outubro de 2009, o Fundo alterou a sua denominação de Popular Euro Taxa Fixa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Fixa para Popular Euro Obrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Euro, em virtude da fusão por incorporação do fundo Popular Rendimento - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável.

O Fundo procurará facultar aos participantes as melhores condições de rendibilidade e liquidez, com o objectivo de lhes proporcionar um retorno médio que incorpore um prémio relativamente à remuneração proporcionada pelos mercados monetários.

O Fundo é adequado a investidores conservadores, mas com capacidade para suportar alguma volatilidade do valor da Unidade de Participação, na expectativa de obter rendibilidades superiores no médio/longo prazo (mais de um ano) face a produtos de menor risco.

O Fundo é apropriado a investidores que pretendam aplicar o seu dinheiro num prazo superior a 1 ano.

O Fundo, adiante designado OIC, tem por principal objectivo investir no mínimo 2/3 do seu património em obrigações de taxa variável, obrigações de taxa fixa com qualquer maturidade, obrigações subordinadas, obrigações perpétuas, obrigações hipotecárias e outros instrumentos de dívida de natureza equivalente, nomeadamente papel comercial, expressos em euros, maioritariamente emitidos por entidades cuja qualidade creditícia apresente notações de rating equivalente aos escalões superiores (“investment grade”) das agências de rating. Poderá ainda investir até 1/3 do seu património em acções preferenciais.

O OIC é administrado, gerido e representado pela POPULAR GESTÃO DE ACTIVOS, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., sendo as funções de banco depositário exercidas pelo Banco Santander Totta, S.A.. Em 27 de Dezembro de 2017, o Banco Santander Totta, S.A. procedeu à aquisição e fusão com o Banco Popular Portugal, S.A. O Banco Popular Portugal deixou de existir enquanto entidade jurídica, sendo todos os seus direitos e obrigações transferidos para o Banco Santander Totta, S.A.

Para a Popular Gestão de Activos, S.A. esta medida não implica qualquer alteração na actividade, que continua a operar como até agora, mas integrada num novo grupo bancário.

A actividade do Fundo encontra-se regulamentada pela Lei nº 16/2015 de 24 de Fevereiro, o regime geral dos organismos de investimento colectivo.

Na sequência do referido no Relatório de Gestão sobre a dissolução e liquidação do fundo prevista para Setembro de 2018, as demonstrações financeiras foram preparadas numa ótica de liquidação, não apresentando no entanto qualquer diferença face às que teriam sido preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade.

As notas às contas respeitam a numeração sequencial estabelecida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, pelo que os números não identificados neste Anexo não têm aplicação por inexistência de situações a reportar.

BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, processados de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários através do regulamento nº06/2013.

O regulamento nº 1/2013 veio introduzir o reconhecimento do montante de imposto diferido passivo incidente sobre o saldo positivo entre as mais e menos-valias potenciais geradas a partir de 1 de Abril de 2013 pela carteira de títulos. Até à data de introdução desta alteração, apenas era registado o montante de imposto apurado incidente sobre o saldo positivo entre as mais e menos-valias efectivas, quando não isentas de imposto (ver nota h)).

Com as alterações ao regime fiscal dos organismos de investimento colectivo previsto no Decreto-Lei nº 7/2015, o impacto fiscal sobre o saldo positivo das mais e menos-valias apurado até 31 de Março de 2013 foi considerado no âmbito do apuramento do imposto a efectuar, com referência a 30 de Junho de 2015.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Aplicações em títulos

Os títulos são registados pelo respectivo valor de aquisição sendo valorizados, de acordo com as regras estabelecidas no prospecto completo do Fundo, que têm por base o disposto no Regulamento nº 06/2013 da CMVM, conforme segue:

- Títulos cotados

Para efeitos de determinação dos preços aplicáveis aos valores mobiliários cotados, admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transaccionados num mercado regulamentado, será utilizada a cotação de fecho divulgada pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram admitidos à

negociação, com excepção dos mercados estrangeiros cujo fecho ocorra após as 17 horas, caso em que a cotação utilizada será a disponível até àquela hora.

- Títulos não cotados

Para efeitos de determinação dos preços aplicáveis aos valores mobiliários não cotados, os quais poderão ser obrigações e unidades de participação de fundos de investimento mobiliário, adoptar-se-ão os seguintes critérios:

- Tratando-se de obrigações admitidas à negociação numa bolsa de valores mas que não tenham sido negociadas em bolsa nos últimos quinze dias, ou que estejam em processo de admissão à cotação, utilizar-se-á, para cada um desses valores, o preço de oferta de compra oferecido por “market-makers”, difundido regularmente por meios de informação especializados (nomeadamente Reuters, Bloomberg ou equivalente), desde que o seu volume e preços de tais ofertas sejam representativos e tenham em conta o seu presumível valor de realização;
- Tratando-se dos mesmos valores atrás mencionados e existindo obrigações da mesma espécie, emitidas pela mesma entidade e admitidas à cotação, utilizar-se-á a valorização destes activos como preço aplicável àqueles valores, desde que as emissões sejam fungíveis entre si e assegurem a mesma liquidez;
- Tratando-se de obrigações não cotadas, utilizar-se-ão os preços de oferta de compra, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda atrás mencionados, difundidos por aqueles meios de informação especializados anteriormente referidos, desde que o volume e preços de tais ofertas sejam representativas e tenham em conta o seu presumível valor de realização;
- Nos casos anteriores e na ausência daqueles preços difundidos no dia, utilizar-se-ão os preços calculados através de modelos de avaliação baseados na metodologia dos fluxos de caixa descontados, tendo em conta a evolução das taxas de mercado e dos prémios de risco dos emitentes;
- Tratando-se de unidades de participação de fundos de investimento, utilizar-se-á o último valor disponível e divulgado à data de referência da valorização.

Para efeitos da determinação do preço aplicável à valorização dos instrumentos representativos de dívida, emitidos por prazos inferiores a um ano, será adoptado o custo de aquisição acrescido dos juros decorridos desde a data de aquisição até ao momento da valorização da carteira.

As mais e menos-valias assim apuradas são registadas nas rubricas de mais e menos-valias no activo a crescer e a deduzir, respectivamente, ao valor bruto da carteira de títulos por contrapartida de resultados.

Os juros decorridos dos títulos em carteira são registados na rubrica de Acréscimos de proveitos do activo por contrapartida de resultados.

Os valores relativos a operações de compra e venda de títulos realizadas, mas cuja liquidação ainda não ocorreu à data do balanço, encontram-se registados nas rubricas de Contas de devedores, do Activo, e Outras contas de credores, do Passivo.

Na venda de títulos, o método utilizado no custeio das saídas é o FIFO, independentemente da sua natureza.

c) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado dividindo o valor líquido global do património do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido do património corresponde ao somatório das rubricas do capital do OIC, nomeadamente, unidades de participação, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do exercício.

A rubrica “Variações patrimoniais” resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate face ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate.

d) Comissão de gestão

A comissão de gestão corresponde à remuneração da sociedade responsável pela gestão do património do OIC. De acordo com o regulamento de gestão do OIC, esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 0,8% sobre o valor patrimonial do OIC. Este custo é registado na rubrica “Comissões”, sendo a sua liquidação efectuada mensalmente.

e) Comissão de depositário

Será cobrada mensalmente ao Fundo, no primeiro dia útil de cada mês, relativamente ao mês anterior uma comissão de depósito de 0,4% ao ano (taxa nominal), calculada diariamente e ao "prorata", sobre o valor do património do Fundo, apurado nos termos legais, e destinada a remunerar os serviços do Depositário no âmbito das suas funções.

f) Taxa de supervisão

É devido à CMVM uma taxa de supervisão, calculada diariamente por aplicação da taxa de 0,0133 ‰ sobre o património líquido do OIC. Este custo é registado na rubrica “Comissões”, sendo a sua liquidação efectuada mensalmente.

g) Outros encargos

Constituem encargo do OIC, para além dos referidos nas alíneas d), e) e f), as despesas relativas à compra e venda de valores por conta do OIC, bem como os relativos aos honorários do Auditor do OIC, os quais são devidos por força da legislação em vigor.

h) Impostos sobre o rendimento

O Decreto-Lei n.º 7/2015 procedeu à reforma do regime de tributação dos OIC – Organismos de Investimento Colectivo.

À semelhança do regime de tributação aplicável às sociedades, sobre o lucro tributável apurado pelos OIC incide a taxa geral de IRC (actualmente 21%). Para efeitos de apuramento do lucro tributável, não são considerados os rendimentos de capitais, rendimentos prediais e mais-valias (exceto se provenientes de jurisdição sujeita a regime fiscal claramente mais favorável), assim como os gastos ligados àqueles rendimentos.

Os prejuízos fiscais apurados pelos OIC são reportáveis por 5 anos com o limite de 70% do lucro tributável apurado em cada exercício. Os OIC encontram-se isentos de derrama municipal e de derrama estadual, sendo-lhes no entanto aplicáveis as regras de tributação autónoma previstas no Código do IRC.

Com o novo regime, passa a incidir Imposto do Selo sobre o valor líquido global dos OIC, trimestralmente, à taxa de:

- 0,0025% - para os OIC que invistam, exclusivamente, em instrumentos do mercado monetário e depósitos;
- 0,0125% - para os outros OIC.

Os rendimentos resultantes da distribuição ou resgate são sujeitos a retenção na fonte, podendo esta não ser aplicada em função da natureza do participante ou da sua residência fiscal.

- Regime transitório

O regime de tributação dos OIC consagra um regime transitório.

As mais-valias e menos-valias de elementos patrimoniais adquiridos na vigência do regime anterior foram apuradas e tributadas de acordo com as regras do anterior regime, em que era tributada em 25% a diferença entre as mais-valias e as menos-valias obtidas em cada ano, considerando-se como valor de realização o seu valor de mercado a 30 de Junho de 2015 e entregue o imposto através da Declaração Modelo 22 do ano em que os elementos patrimoniais sejam realizados. A diferença entre o valor de realização e o valor de mercado a 30 de Junho de 2015 é isenta de IRC.

NOTA 1 – SALDOS E MOVIMENTOS NAS CONTAS DE CAPITAL DO OIC

Quadro 1 – Número de unidades de participação emitidas, resgatadas e em circulação no 1º Semestre de 2018. Valor líquido global do OIC e da unidade de participação no primeiro semestre de 2018, bem como dos factos geradores das variações ocorridas.

	31.12.2017	Subscr.	Resgates	Dist. res.	Outros	Res. Per.	30.06.2018
Valor base	1 545 129	-	217 432	-	-	-	1 327 697
Diferença p/ Valor base	44 282	-	65 214	-	-	-	- 20 932
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	0
Resultados acumulados	463 343	-	-	-	- 39 916	-	423 427
Resultados do exercício	- 39 916	-	-	-	39 916	- 10 346	- 10 346
Soma	2 012 838	0	282 646	0	0	- 10 346	1 719 846
Nº unidades participação	309 026	0	43 486				265 539
Valor unidade participação	6,5135	0,0000	6,4996				6,4768

Quadro 2 – Número de participantes por escalão

ESCALÕES	Nº
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	1
2% ≤ UPs < 5%	6
0,5% ≤ UPs < 2%	47
UPs < 0,5%	259

Quadro 3 – Evolução do valor da unidade de participação, do valor global e do número de UP's em circulação do OIC nos três últimos exercícios.

Anos	VLGF	Valor da UP	Nº de U.Ps em Circulação
2018			
Março	1 769 246	6,5561	269 861
Junho	1 719 846	6,4768	265 539
2017			
Março	4 909 064	6,4724	758 467
Junho	3 223 717	6,2847	512 946
Setembro	2 073 306	6,4024	323 834
Dezembro	2 012 838	6,5135	309 026
2016			
Março	6 105 044	6,3543	960 779
Junho	5 492 336	6,3836	860 378
Setembro	5 447 944	6,4875	839 765
Dezembro	5 310 800	6,4773	819 905

NOTA 3 – INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	Soma
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>Merc. Cot. Oficiais de Bolsa Val. Port.</i>						
- Títulos de Dívida Pública	548 249	30 841	0	579 090	6 388	585 478
OT Outubro 2023	101 444	8 764	-	110 208	3 027	113 235
OT 5.65 15/02/24	159 805	11 217	-	171 022	2 821	173 843
PGB Float 11/30/21	105 000	5 040	-	110 040	181	110 221
OTRV ABRIL 2022	66 000	3 036	-	69 036	271	69 307
PGB Float 12/05/22	116 000	2 784	-	118 784	88	118 872
- Out. Fundos Públicos e Equiparados	100 000	4 088	0	104 088	97	104 185
SAUDCR FLT 06/20/22	100 000	4 088	-	104 088	97	104 185
<i>Merc Cot. Ofic. B.V. Estados Membros EU</i>						
- Títulos de Dívida Pública	759 014	0	13 571	745 443	2 263	747 706
BTPS 0.95 03/15/23	202 080	-	8 900	193 180	552	193 732
BTPS 0,9 08/01/22	100 987	-	3 521	97 466	367	97 833
SPGB 0,45 10/31/22	455 947	-	1 150	454 797	1 344	456 141
- Obrigações diversas	250 000	0	250 000	0	0	0
Banif Float 12/15	250 000	-	250 000	0	0	0
Total	1 657 263	34 929	263 571	1 428 621	8 748	1 437 369

DISCRIMINAÇÃO DA LIQUIDEZ DO OIC

Contas	31.12.2017	30.06.2018
Depósitos à ordem	303 463	287 076
Total	303 463	287 076

NOTA 4 – CRITÉRIO DE VALORIZAÇÃO DOS ACTIVOS

Os critérios utilizados na valorização dos activos integrantes da carteira do Fundo encontram-se explicitados no capítulo “Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas” deste Anexo.

Durante o período não foram utilizados critérios diferentes dos previstos no prospecto do Fundo.

NOTA 12 – EXPOSIÇÃO AO RISCO TAXA DE JURO

MATURIDADES	MONTANTE EM CARTERA (A)	EXTRA-PATRIMONIAIS (B)				SALDO (A)+/(B)
		FRA	SWAPS(IRS)	Futuros	Opções	
de 3 a 5 anos	745 443	-	-	-	-	745 443
de 5 a 7 anos	281 230	-	-	-	-	281 230

NOTA 15 – INDICAÇÃO DOS CUSTOS IMPUTADOS AO OIC NO PERÍODO

Custos	Valor	% VLG ⁽¹⁾
Comissão de Gestão		
<i>Componente Fixa</i>	7 113	0,3967%
<i>Componente Variável</i>	-	-
Comissão de Depósito	3 557	0,1984%
Taxa de Supervisão	600	0,0335%
Custos de Auditoria	2 583	0,1441%
Outros Custos	95	0,0053%
Total	13 948	
Taxa Global de Custos (TGC)		0,7779%

(1) Média relativa ao período de referência

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Popular Euro Obrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações** (adiante também designado simplesmente por Fundo), gerido pela sociedade gestora **Popular Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA**, (adiante também designada simplesmente por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2018 (que evidencia um total de 1 724 445 euros e um total de capital do fundo de 1 719 846 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 10 346 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as divulgações que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Popular Euro Obrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações** em 30 de junho de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido no Relatório de Gestão e na nota introdutória do Anexo, a dissolução do Fundo foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Entidade Gestora de 28 de fevereiro de 2018, estando previsto que a respetiva liquidação ocorra em setembro de 2018, pelo que as demonstrações financeiras foram preparadas numa ótica de liquidação, não apresentando no entanto qualquer diferença face às que teriam sido preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização dos ativos mobiliários	
A carteira de títulos corresponde a cerca de 83% do ativo, sendo a sua valorização diária determinada pela cotação dos respetivos títulos em carteira, representando as menos-valias e mais-valias potenciais uma parte significativa dos custos e proveitos reconhecidos no período. Assim, a verificação das cotações e a validação das metodologias de valorização constitui uma área significativa de auditoria. Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos na nota 4 das Divulgações.	Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira. Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira e do cálculo das respetivas mais e menos-valias potenciais, com base nas cotações oficiais.
2. Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares	
A confirmação do cumprimento das regras e limites previstos no Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, nos Regulamentos da CMVM e no Regulamento de Gestão do Fundo assume uma particular importância na auditoria, com potencial impacto na autorização do Fundo e na continuidade das suas operações.	Analisámos os procedimentos e ferramentas de controlo do cumprimento das regras e limites legais e das políticas de investimento do Fundo. Recalculámos os limites legais e regulamentares e verificámos o impacto de eventuais situações de incumprimento reportadas nesses mapas, incluindo a verificação da comunicação/ autorização da CMVM em caso de incumprimento.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores do Fundo, pela Entidade Gestora, para um primeiro mandato compreendido entre 2015 a 2018.
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora em 27 de agosto de 2018.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a

nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria.

- (v) Informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 28 de agosto de 2018

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Aleixo Dias'.

Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 20161384)